



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO GERAL DE PROTEÇÃO

EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, - Bairro Sudoeste - Brasília - CEP 70670350

Telefone: (61) 2028-9426

**PLANO COMPLEMENTAR DE PROTEÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
SOBREPOSTAS E LÍMITROFES A TERRA INDÍGENA YANOMAMI**

1. CONTEXTO:

Sensível a demanda proferida pelo TRF 1ª Região, a presente Informação Técnica apresenta aspectos importantes para o planejamento de ações de fiscalização, de forma a subsidiar a interlocução deste Instituto no âmbito do processo judicial.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o gestor das Unidades de Conservação Federais (UCs), com sua competência de poder de polícia restrita ao interior destas e ao que as afeta. No caso da Terra Indígena Yanomami (TIY), existe a sobreposição com duas UCs federais: o Parque Nacional (PARNA) do Pico da Neblina e a Floresta Nacional (FLONA) do Amazonas. Juntas essas duas unidades se sobrepõem em apenas 29% da área total da terra indígena, ou seja, cerca de 71% da área da TIY não está sobreposta com as unidades de conservação geridas pelo ICMBio. Destaca-se que o ICMBio não tem competência de poder de polícia (fiscalização) no interior de Terras Indígenas. Nota-se ainda que as UCs do entorno da TIY, ao exemplo da Estação Ecológica (ESEC) Niquiá, não possuem zonas de amortecimento legalmente estabelecidas; e outras duas UCs são limítrofes à Terra Indígena (FLONA de Roraima e PARNA da Serra da Mocidade).

Dados do PRODES dos anos de 2018 mostram que os desmatamentos somados nas duas unidades de conservação que se sobrepõe a TI somam cerca de 32,95 hectares. Em 2019 os desmatamentos nessas duas UCs sofreram uma redução de 100%, ou seja, não houve desmatamento registrado pelo PRODES. Em 2020 os dados do DETER mostram apenas um polígono de degradação no interior de uma unidade de conservação, a FLONA do Amazonas, e nenhum polígono de desmatamento no Parque Nacional do Pico da Neblina.

Cabe destacar também que as unidades de conservação próximas aos limites da Terra Indígena quais sejam: Estação Ecológica de Maracá e Niquiá, Floresta Nacional de Roraima e Parque Nacional da Serra da Mocidade não registram nenhum desmatamento (PRODES) nos anos de 2018 e 2019. Em 2020 apenas a Floresta Nacional de Roraima registrou um alerta DETER.

É importante ressaltar que não há evidências concretas de registro de garimpos no interior destas UCs e nem na área sobreposta à Terra Indígena, dado o baixo grau de degradação apontado pelos registros do PRODES e DETER nos últimos 03 anos.

Isto posto, o ICMBio vem realizando todas as ações que estão ao alcance do órgão para mitigar os impactos da extração ilegal de minérios na região de influência das UCs, sejam elas: (1) Operações de Fiscalização via fluvial; (2) Operações de Fiscalização via terrestre; (3) Repasse das informações aos demais órgãos competentes.

O ICMBio executa as ações de fiscalização ambiental de acordo com os Planejamentos Anuais de Fiscalização (PLANAFs) elaborados pelas Unidades de Conservação onde são planejados os objetivos, os recursos humanos, financeiros e material para a ação. Para a região de interesse foram planejadas 5 (cinco) ações de fiscalização, sendo que uma foi executada até o momento, já dentro do período de isolamento social imposto pela pandemia.

A ação “Uraricoera Mucajaí 2020” realizada entre os dias 25 de maio e 05 de junho na FLONA de Roraima, ocorreu no contexto da pandemia do COVID 19, com objetivo de evitar sua propagação entre a população indígena. Nesta atividade, foram abordados diversos garimpeiros que seguiriam para a TIY por via terrestre, e os infratores foram impedidos de prosseguir e tiveram os bens utilizados na infração apreendidos. A ação contou com 06 agentes do ICMBio, 05 da CIPA/PM/RR e servidores do IBAMA, FUNAI e FEMARH. No total foram lavrados 04 autos de infração sendo 01 do ICMBio e os demais lavrados pela FEMARH (Órgão Estadual).

O ICMBio tem aplicado esforços para contenção de garimpos na TIY antes mesmo da pandemia, o que comprova a proatividade do Instituto na resolução da questão ventilada na ação judicial.

Em setembro de 2019, a “Operação Uraricoera” Coordenada pelo ICMBio, também nesta UC, contou com a participação interinstitucional do ICMBio, FUNAI, IBAMA, Exército Brasileiro, Polícia Federal, Ministério do Trabalho, FEMARH e Polícia Civil/RR, e tinha por objetivo o combate aos garimpos no interior da Terra Indígena Yanomami, com acesso pelo Rio Mucajaí. Nesta atividade foi combatido o fluxo logístico de suprimentos para os garimpos com incursões terrestres e fluviais.

É importante contextualizar que os garimpos da TIY estão em locais distantes e de difícil acesso na região, fora dos limites das unidades de conservação sobrepostos com a TIY. Nesta época do ano, as estradas vicinais estão intrafegáveis devido ao período chuvoso na região e os principais meios de acessos são por via aérea e fluvial.

A retirada abrupta de garimpeiros, somados ao histórico de conflitos com indígenas e com as forças armadas na região, corroboram com a necessidade de um planejamento interinstitucional mais amplo envolvendo trabalho de inteligência para identificar as pessoas que se beneficiam do ouro extraído na TIY.

Considerando a existência de milhares de garimpeiros há anos explorando a TIY e a complexidade logística e social da região, um planejamento de 05 dias para colocar equipes em campo em 10 dias, buscando resolver um problema de décadas pode não ter o resultado esperado e, além disso, acarretar riscos à segurança de todos os envolvidos.

O ICMBio ressalta que, para o sucesso duradouro de uma intervenção em casos como este, quando há atividade irregular sendo explorada há anos, com dimensões superiores à milhares de pessoas envolvidas no problema, é importante ocorrer uma fase anterior de orientação, onde os garimpeiros deverão ser informados da impossibilidade de permanência e atividades no local, seguida por uma fase de “esfriamento”, onde forças militares desarmariam os garimpos.

Em qualquer incursão fluvial, a despeito das dificuldades de logística inerentes a qualquer ação realizada na área, sem a realização dessa fase preliminar, corre-se um risco elevado de comprometimento da segurança dos fiscais envolvidos e das pessoas fiscalizadas, podendo acarretar perdas de vidas humanas em caso de confronto.

Outro fator relevante é o possível prejuízo para as fiscalizações das demais UCs geridas pelo ICMBio, tanto em outras regiões sensíveis da Amazônia como em outros biomas para o atendimento da presente demanda nos moldes em que foram estipulados.

O ICMBio está à disposição para apoiar no conjunto das ações necessárias que estejam **dentro de sua competência**, ao passo de já articular junto às Unidades de Conservação e Gerência Regional o planejamento de atividades para o combate aos ilícitos ambientais na região, prevendo os insumos e as participações necessárias.

No entanto, entendemos ser necessária a intervenção educativa e de forças de segurança anteriormente às atividades de fiscalização, assim como a dilação de prazos, para que sejam viabilizadas as articulações (já

iniciadas) com as instituições parceiras, especialmente FUNAI (gestor da TIY), IBAMA, Secretarias de Estado de Meio Ambiente e demais órgãos de segurança pública, garantindo a efetividade das ações.

2. OBJETIVO GERAL DAS AÇÕES:

Prevenir e reprimir, em cooperação com outras agências, ilícitos ambientais no interior das unidades de conservação sobrepostas e nas que fazem limite com a Terra Indígena Yanomami, com ênfase em desmatamento e garimpos.

3. LOCAIS - MACRO ALVOS:

- Floresta Nacional do Amazonas (sobreposto a TIY);
- Parque Nacional do Pico da Neblina Sobreposto a (TIY);
- Estação Ecológica de Maracá (Fora da TIY);
- Estação Ecológica de Niquiá (Fora da TIY);
- Floresta Nacional de Roraima (Fora da TIY);
- Parque Nacional da Serra da Mocidade (Fora da TIY).

4. MÉTODOS DE SELEÇÃO DE ALVOS ESPECÍFICOS:

Fortalecendo a importância do monitoramento, o ICMBio propõe elaborar quinzenalmente o Relatório de Monitoramento por Satélite dessas UCs para nortear as ações, onde serão levantados dados sobre algum eventual dano ambiental (alertas de desmatamento, degradação, mineração)

Realizar ações de fiscalização seguindo os Planafs já elaborados e adaptando-os com base nos Relatórios de Monitoramento.

Para a definição dos alvos que devem ser atendidos pelas operações de fiscalização, convencionou-se como marco temporal o mês de agosto/2016 (período de referência do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite - PRODES).

Este período limite foi escolhido em função de dois fatores, o primeiro está relacionado ao prazo prescricional de cinco anos para apuração de infrações ao Meio Ambiente pelo órgão competente, conforme preconiza o artigo 21 do Decreto 6.514/2008, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais. Os dados serão do Projeto PRODES/INPE que faz o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal apresentando polígonos já “consolidados”. Serão também considerados na análise de definição dos alvos das Operações, os dados do Programa DETER/INPE, um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal, que mostra de forma rápida os alertas iniciais de retirada de vegetação.

Faz-se importante a utilização dos DETER para tratativas mais imediatas a territórios protegidos dado que, a divulgação dos dados do PRODES tem um atraso que ocorre em função de sua metodologia de refinamento de informações satelitais.

De forma estratégica os polígonos de desmatamento no interior das unidades de conservação federal estão sendo priorizados em 3 grupos de atendimento, considerando prioritariamente os dados mais recentes (2019 e 2018) para os mais antigos (2017, 2016).

Grupo 1 – Desmatamento igual ou superior a 30 hectares;

Na medida em que os polígonos de desmatamento forem sendo atendidos pelas equipes de fiscalização, passa-se a atender os do Grupo 2 e em seguida do Grupo 3, dando desta forma uma resposta mais efetiva ao aumento exponencial das taxas de desmatamento na região de abrangência da Gerência Regional do ICMBio Norte – GR-01 – Santarém/PA.

Grupo 2 – Desmatamento igual ou superior a 20 hectares e menor que 30 hectares;**Grupo 3 - Desmatamento menor que 20 hectares.**

O processo de identificação da autoria será realizada considerando o cruzamento dos polígonos de desmatamento com a base de dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR, que reúne o as informações de forma eletrônica declaratórias de imóveis rurais.

Deverá ser efetuado cruzamento dos alvos escolhidos com a base de áreas embargadas disponibilizada no sítio ICMBio (<https://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s>), de modo a evitar revisita em áreas já autuadas, salvo em ações de refiscalização para verificação de cumprimento de embargos e suspensão de atividades.

O apoio de geoprocessamento na Operação deverá produzir/atualizar arquivo vetorial das áreas de polígonos embargados durante a corrente operação, que deverá ser repassada ao elemento de geoprocessamento que o substituirá no decorrer da mesma operação ou etapa posterior, para que seja feito o controle das ações já realizadas.

Toda ação de fiscalização terá levantamento específico de alvos e da logística de acesso realizados previamente com auxílio de geotecnologias;

O agente coordenador da missão sempre será um fiscal do ICMBio com experiência em combate ao desmatamento no Bioma Amazônia;

As fiscalizações poderão contar com apoio aéreo particularmente em áreas sobrepostas com a TIY e terrestres e fluviais nas UCs que fazem seu limite. A presença da fiscalização nesta região, independentemente do alvo previsto, possui o caráter de impedir a entrada de garimpeiros nas UCs e na TIY.

Cada equipe de fiscalização atuará cerca de 8 a 14 dias e será responsável por um Planejamento (PLANAF), um processo SEI e um Relatório Consolidado, referente a atuação nos alvos específicos atendidos;

5. RECURSO:

Somatório de recursos orçamentários do ICMBio e do Programa ARPA destinados para fiscalização das 06 Unidades de conservação sob influência da Terra Indígena Yanomami (02 sobrepostas e 04 que fazem limite)

6. EQUIPES:

Nas ações de fiscalização sob competência do ICMBio (interior das unidades de conservação federais) cada equipe será composta por no mínimo 02 servidores – fiscais do ICMBio. As equipes terão outros componentes responsáveis pelo apoio e segurança (que dependendo da localidade pode ser da Força Nacional, Polícia Militar, Exército Brasileiro).



em 15/07/2020, às 19:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **7429106** e o código CRC **8045AE5C**.